

## Medieval tardio, pré-moderno ou moderno?

Teotónio R. de Souza \*

Não conheço pessoalmente o historiador Humberto Baquero Moreno, mas os seus escritos revelaram-me neles uma paixão pela humanidade, ou por aquela secção da humanidade que mais precisa dela. Estou a referir-me ao seu interesse pelos exilados, marginais e contestatários, esses “maus da fita”, que também contribuíram, e substancialmente, para a história de Portugal e a sua presença no mundo que “descobriu”. Fernão Mendes Pinto já nos deixou o seu testemunho contemporâneo e sofreu na pele por tê-lo feito. Mais recentemente, a historiadora portuguesa, Maria Augusta Lima Cruz<sup>1</sup> e Timothy Coates<sup>2</sup> têm-se dedicado a revelar a importância dessa secção da humanidade portuguesa no Oriente e no império português em geral, mas há muito mais por fazer, para lhes fazer justiça, mesmo que seja tarde<sup>3</sup>. Senti que eu tinha encontrado nesse historiador hoje homenageado uma alma gémea e é o que me leva a testemunhar isso nestas breves reflexões no livro de homenagem que lhe vai ser dedicado.

Quando fui convidado pelos Jesuítas de Goa para instalar o “Centro Xavier de Investigações Históricas” em 1978, a minha grande preocupação foi a de justificar essa actividade. Achei que os Jesuítas deviam muitas explicações históricas ao povo goês que se tinha “libertado” do regime colonial português. A história de Goa tinha que ser refeita, mas sem se limitar aos testemunhos históricos oficiais, tanto estatais como religiosos. Era importante ouvir os “silenciados” da história. Foi assim que percorri os arquivos das paróquias de Goa, bem como os arquivos do Paço Patriarcal da Arquidiocese de Goa, para descobrir esses “calados” da história. Por ocasião do primeiro seminário internacional de história indo-portuguesa realizado em Goa em 27-29 de Novembro de 1978, realizou-se também o lançamento da pedra de alicerce do novo Centro Xavier de Investigações Históricas. Apresentei nesse seminário uma comunicação intitulada “The Voiceless in Goan Historiography: a case for the source-value of the Church Records in Goa”<sup>4</sup>. Seria uma declaração de intenções acerca do rumo que orientaria as actividades do novo Instituto. Era uma chamada de atenção para a necessidade de reinterpretar o passado colonial e de dar voz aos goeses “silenciados”. Goa não podia continuar

---

\* Director, Curso de Licenciatura em História e de Mestrado em História Política e Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Sócio Correspondente da Academia Portuguesa de História e Sócio Efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa. Bibliografia actualizada na Internet:

[http://www.geocities.com/Athens/Forum/1503/teo\\_publ.html](http://www.geocities.com/Athens/Forum/1503/teo_publ.html)

<sup>1</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “Os marginais na Índia Portuguesa”, *Vasco da Gama e a Índia*, II, eds. Teotónio R. de Souza & José Manuel Garcia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp.165-170.

<sup>2</sup> Timothy J. Coates, *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998.

<sup>3</sup> Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático português, 1500-1700: Uma história política e económica*, Lisboa, Ed. Difel, 1995, p. 379: “É irónico, mas talvez não seja uma completa surpresa, que sejam os conquistadores do século XVI, e não estes mercadores, padeiros e outros que ‘viviam honestamente’ a ser lembrados, para o melhor e para o pior, quando se fala dos Portugueses na Idade Moderna Asiática. Mas o nacionalismo, quer ele seja em Portugal, Ásia ou África, precisa de heróis e de vilões, de que são feitos os seus mitos”.

<sup>4</sup> John Correia-Afonso (org.), *Indo-Portuguese History: Sources & Problems*, Bombay, Oxford University Press, 1981, pp. 114-131.

a ser alimentada com o mito de “Goa dourada”, um mito que a historiografia colonial portuguesa sustentava, e não somente como integrada na política do seu Estado Novo.

Por ocasião da inauguração das actividades académicas do Centro Xavier de Investigações Históricas, em 4 de Novembro 1979, que tive o privilégio de fundar e dirigir durante uma dezena e meia de anos, foi feito o lançamento da minha tese de doutoramento, intitulada *Medieval Goa: A socio-economic study*<sup>5</sup> em que eu investigava o passado de Goa durante o século XVII. Quando decidi recuperar a minha cidadania portuguesa e vir estabelecer-me em Portugal em 1994, saiu uma versão portuguesa dessa obra, com o título *Goa Medieval: A cidade e o interior no século XVII*.<sup>6</sup>

Logo após o lançamento da edição em Goa, o diário local *O Heraldo*<sup>7</sup>, que se publicava ainda em português na altura, o médico-historiador goês e redactor desse jornal levantava a questão sobre a datação de “medieval” no título e sobre o período a que a minha obra se referia. Escrevia Carmo Azevedo: “A Idade Média, como se sabe, é o longo período que se estende do sec. V, com a queda do Império Romano do Ocidente, ao sec. XV, com o fim do Império do Oriente, ou, mais precisamente, do ano 476, em que foi deposto o imperador Rómulo Augustulo e sentou-se no trono o bárbaro Odoacro, até o ano 1453, em que Constantinopla foi tomada pelos Turcos. Poderá Teotónio de Souza argumentar que esta divisão da história da Europa se não aplica à da Índia, mas a verdade é que, se divergem as opiniões sobre o começo do que se poderia chamar a Idade Média na Índia, não há duas opiniões quanto ao seu fim, que corresponde ao início da dominação mogol (1526, ano da derrota de Ibrahim Lodi por Babar e a subida deste ao trono como sultão de Delhi) se não ao advento do europeus, a começar pelos portugueses (1498, ano da chegada de Vasco da Gama a Calecute, na sua viagem de descobrimento de um caminho marítimo da Europa á Índia). Assim, uma Goa do século XVII não pode, de modo algum, apelidar-se de Goa Medieval. Outro erro cronológico, mas este de somenos importância, é atribuir ao regime colonial português *nearly four and half centuries* quando a duração foi realmente de quatrocentos e cinquenta e um anos”.

Não é de surpreender que o médico-jornalista goês, formado na tradição escolar portuguesa, não tenha consciência nem conhecimento mais que superficial dos cânones da historiografia indiana, incluindo os marcos cronológicos e a periodização histórica, reconhecidos pelos historiadores internacionalmente. E reclamar que *nearly four hundred and fifty years* foram ultrapassados por mais um ano, parece uma grotesca leviandade, se não se explica unicamente como um fraco conhecimento da língua inglesa.

Todavia, a crítica e as reclamações do médico-jornalista-historiador (não sei se as competências correspondem à mesma ordem) deram-me nessa altura uma oportunidade para explicar ao público leitor em português que nem o início cronológico do império mogol em Delhi, nem a chegada de Vasco da Gama à Índia alteraram a organização da economia e sociedade no subcontinente indiano de qualquer forma decisiva para justificar a sua transição para o que se poderia chamar “idade moderna”. Isso aconteceu nos finais do século XVIII, como resultado da cessão de *divani* de Bengala à Companhia da Índia Oriental (*East India Company*) dos ingleses, e segundo outros historiadores, somente após a derrota dos Maratas em Kirkee, em 1818, retirando-os definitivamente do cenário como uma resistência séria à implantação do poder dos ingleses.

A derrota do *nawab* de Bengala (onde os ingleses tinham a sua sede antes de a transferirem para Bombaim) em 1757 às mãos de Robert Clive em Plassey, foi somente um feito militar, mas seguiu-lhe a cessão do direito de cobrar as rendas do Estado. Foi este facto que permitiu aos ingleses a partir dessa data financiar as suas operações comerciais na Índia à custa da

<sup>5</sup> Teotonio R. de Souza, *Medieval Goa: A socio-economic study*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1979.

<sup>6</sup> Teotónio R. de Souza, *Goa Medieval: A cidade e o interior no século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

<sup>7</sup> *O Heraldo*, Pangim, Domingo, 17 de Agosto de 1980: Carmo Azevedo “Goa Medieval?”.

própria Índia<sup>8</sup>. Isso não acontecia desde que os ingleses se estabeleceram em Bengala em 1650. Foi o que permitiu os ingleses derrotar e excluir da Índia os rivais franceses. A revolução industrial inglesa tinha assim o monopólio do grande mercado indiano para os seus têxteis e outras exportações. Iniciava-se desta forma o império britânico que transformaria o subcontinente. Eis o que escreveu Jawaharlal Nehru, um dos arquitectos políticos da Índia independente e o seu primeiro Primeiro-Ministro, na sua obra de reflexões históricas *Glimpses of World History*: “ Toda esta confusão e os transtornos, as voltas e as revira-voltas, eram somente uma expressão externa de uma revolução que fervia debaixo da superfície. A velha ordem económica estava a desfazer-se, o feudalismo estava em pleno colapso. Já não podia resistir às novas condições no país... As condições na Índia no século XVIII são comparáveis até certo ponto ao período da Guerra de Trinta Anos na Alemanha. Mas não podemos estender muito a comparação. Em ambos países notava-se o colapso económico e a classe feudal perdia terreno. Embora o feudalismo estivesse a enfraquecer-se na Índia, ele perdurou muito mais tempo. Quando desapareceu, manteve-se nas suas expressões externas. Mas na verdade, ainda hoje se vêem relíquias do feudalismo na Índia e também em algumas partes da Europa”<sup>9</sup>. Eu não teria por isso pesar nenhum em repetir “Goa Medieval” como título de qualquer nova obra que tratasse dessa ex-colónia portuguesa até à data da sua integração na União Indiana em 1961. Foi somente a partir dessa data que Goa começou a sentir uma verdadeira revolução económica e social, uma transição de “feudalismo” para uma “modernidade” comparável ao que acontecera no resto da Índia nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Mas isso não é obviamente de agrado aos sentimentos dos cidadãos do país que se gloria e vangloria com o feito dos “Descobrimientos” e pioneirismo da modernidade. Não é de estranhar que quando vim estabelecer-me em Portugal em 1994, e pedi o reconhecimento do meu doutoramento, foi reconhecido como pertencendo ao “período moderno”. Talvez seria mais correcto distinguir entre medieval tardio, pré-moderno ou “early modern”? Em qualquer dos casos, seria um historiador dos marginais ou da humanidade em transição. É o que me faz sentir em boa companhia e realizado como historiador que tem uma missão para cumprir numa era “civilizacional” em que os marginais constituem o grosso normal da humanidade.

Há bem poucos anos fui convidado para ser co-coordenador de um volume de homenagem ao Prof. Doutor P.M. Joshi, que foi director dos arquivos de Bombaim e um célebre historiador que dirigiu da parte da União Indiana no tribunal internacional de Haia a investigação sobre o caso de “Direito de Passagem” contra Portugal. O volume foi publicado como “Medieval Deccan History” e enquadra-se dentro de limites cronológicos medievais indianos!<sup>10</sup> Se o Sol não nasce e não se põe ao mesmo tempo em todas as partes do globo terrestre, essa já devia ser uma razão suficiente para rejeitarmos a imposição “orientalista” da periodização histórica<sup>11</sup>

.O Professor Humberto Baquero Moreno é tardo-medievalista, mas podia ser especialista de qualquer outro período. São as suas qualidades humanas que o norteiam nas suas investigações históricas que fazem dele um historiador que tem algo para contribuir para o bem-estar da humanidade, ao contrário de muita investigação estéril sobre coroa e nobreza, que neste país e noutros, nutre talvez e somente, os interesses do próprio investigador, sempre à custa dos dinheiros públicos, incluindo os poucos recursos dos marginais.

<sup>8</sup> Percival Spear (ed.), *The Oxford History of India*, Clarendon Press, 1967, p. 471.

<sup>9</sup> Jawaharlal Nehru, *Glimpses of World History*, Delhi, Oxford University Press, 1997 (12<sup>th</sup> edition), pp. 317-318.

<sup>10</sup> A.R. Kulkarni, M.A. Nayeem & Teotonio R. de Souza (eds.), *Mediaeval Deccan History*, Bombay, Popular Prakashan, 1996.

<sup>11</sup> Teotónio R. de Souza, “*Orientalismo, occidentose e outras viroses: A sabedoria oriental e outros valores*”, *Cadernos de Ciência das Religiões*, Nº5, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia / Ciência das Religiões, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001, pp. 44; “*Orientalism, Occidentosis and Other Viral Strains: Historical Objectivity and Social Responsibilities*” *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads [Festschrift in Honour of Prof. K.S. Mathew]*, Eds. Pius Malekandathil & T. Jamal Mohammed, Institute for Research in Social Sciences and Humanities of MESHAR & Fundação Oriente, Tellicherry (Kerala, India), 2001, pp. 452-479.